

Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

Processo nº 382/2000/002/2002

Referência: Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, infração gravíssima, porte médio.

Autuado: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG

PARECER JURÍDICO

1 – A autarquia em epígrafe foi multado pela Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM, por “Causar poluição ou degradação ambiental que provoque destruição ou outros efeitos adversos à biota nativa ou às plantas cultivadas e às criações de animais (assoreamento ocorrido em área de drenagem natural e de açude localizados na Fazenda José Delfino/Jóse pereira de Souza), no valor de R\$ 26.603,56 alterado por força do artigo 96 do decreto nº 44.844/08 para R\$20.001,00.

Inconformada O DER interpôs recurso no prazo legal, onde em síntese alega:

- a autarquia executou diversas medidas emergencial mitigadoras de controle ambiental no local, devendo a ser cancelada, se não for ao menos reduzida em 30%, por força do art. 68, I alíneas “a” e “e” do decreto nº 44.844/2008;
- não se pode imputar a recorrente, danos ambientais decorrentes de caso fortuito ou força maior, alheios à sua conduta, como é o caso de ocorrência de chuvas atípicas, eventos que provocam danos ainda que tenham sido adotadas pela recorrente;
- a multa é desproporcional e espera o efeito suspensivo, além da redução decorrente de circunstância atenuante prevista no artigo 68, I, alíneas “a” e “e” do Decreto nº 44.844/08;
- requer a anulação da multa e em fase do princípio da eventualidade a sua redução em 30%.

Do ponto de vista jurídico a recorrente não apresentou nenhum dado ou fato que pudesse alterar ou modificar a decisão anterior de penalização decorrente da degradação ambiental causada.

Em vistoria realizada, constatou que foi realizada uma grande frente de terraplenagem sem que houvesse sido tomadas medidas de controle ambiental eficazes, a exemplo do assoreamento ocorrido em área de drenagem natural e de açude localizados na Fazenda José Delfino/José Pereira de Souza.

Outro argumento que sustenta a recorrente parece frágil diante da legislação ambiental ao afirmar que o fato ocorreu em virtude de *caso fortuito ou força maior, alheios à sua conduta, como é o caso de ocorrência de chuvas atípicas, eventos que provocam danos*.

A respeito da responsabilidade objetiva, é necessário frisar a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), adotou a sistemática da responsabilidade civil objetiva e foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante e impertinente a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de indenizar.

Além disso, o art.4º, VII da Lei 6.938/81 prevê expressamente o dever do poluidor ou predador de recuperar e/ou indenizar os danos causados, além de possibilitar o reconhecimento da responsabilidade, repise-se, objetiva, do poluidor em indenizar ou reparar danos causados ao meio ambiente ou aos terceiros afetados por sua atividade, como dito, independentemente da existência de culpa, consoante se insere do parágrafo 1º do art.14, da citada Lei acima.

Assim é que o argumento que sustenta a desconsideração ou diminuição do valor da pena da infração cometida pela recorrente mostra-se improcedente, um vez que possui responsabilidade objetiva em relação ao dano ocorrido.

Cabe mencionar, ainda, que mesmo que o órgão ambiental adotasse a excludente de responsabilidade para as infrações administrativas o que não acata, o recorrente carece de suporte em sua argumentação de força maior ou caso fortuito, pois ele contribuiu para o fato ocorrer, conforme afirma o Relatório técnico.

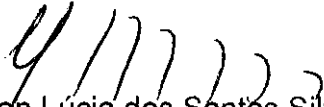
Por fim, cabe lembrar que a autuação ocorreu na vigência do Decreto nº 39.424/98 e quando na fixação da multa foram observadas as atenuantes, à época, que não foram aplicadas pelo fato de que não era o caso.

CONCLUSÃO

Diante dos fatos narrados, deve ser o presente Recurso encaminhado a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, pelo INDEFERIMENTO DO RECURSO apresentado com a conseqüente manutenção da multa aplicada atualizada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2013.


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9